**A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL**

A **Independência do Brasil** foi o processo histórico de separação entre o então Reino do Brasil e o Reino de Portugal e Algarves que ocorreu no período de 1821 a 1825, colocando em violenta oposição as duas partes (pessoas a favor e contra). Oficialmente, a data comemorada para independência do Brasil é de 7 de setembro de 1822, ocasião em que ocorreu o evento conhecido como o *Grito do Ipiranga*, às margens do riacho Ipiranga na cidade de São Paulo. Em 12 de outubro de 1822, o príncipe foi aclamado Pedro I, Imperador do Brasil, sendo coroado e consagrado em 1º de dezembro de 1822, e o país passou a ser conhecido como o Império do Brasil.

Em 1807, o exército francês invadiu o Reino de Portugal, que se recusava a participar do bloqueio continental contra o Reino Unido. Incapaz de resistir ao ataque, a família real e o governo português fugiram para o Brasil, que era então a mais rica e desenvolvida das colônias portuguesas.[1][2] A instalação da Casa da Suplicação e de outros órgãos públicos do governo da metrópole portuguesa no Rio de Janeiro representou uma série de transformações políticas, econômicas e sociais que levaram à decisão do Príncipe Regente João Maria De Bragança (futuro Rei João Vl de Portugal), em 16 de setembro 1815, de elevar o Brasil à condição de Reino, unido com sua então metrópole.[3] As Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, instaladas em 1820, como consequência da Revolução Liberal do Porto, tomam decisões, a partir de 1821, que tinham como objetivo reduzir a autonomia adquirida pelo Brasil, o que na prática o faria retornar ao seu antigo estatuto colonial. Em 1820, a revolução liberal eclodiu em Portugal e a família real foi forçada a retornar a Lisboa. Antes de deixar o Brasil, no entanto, o agora Rei João Vl nomeou o seu filho mais velho, Pedro de Alcântara de Bragança, como Príncipe Reagente do Brasil (1821). Embora Pedro fosse fiel ao pai, a vontade das cortes portuguesas em repatria-lo (incluindo rebaixar Pedro de príncipe regente para governador-de-armas, ou seja, um mero comandante militar do Exército reinol, não ocupado mais nenhum cargo político) e de retornar o Brasil ao seu antigo estatuto colonial o levou a rebelar-se.

Durante a guerra de independência – iniciada com a expulsão dos exércitos portugueses de Pernambuco em 1821 – formou-se o Exército Brasileiro, a partir da contratação de mercenários, alistamento de civis e de algumas tropas coloniais portuguesas. O exército imediatamente se opôs as forças portuguesas, que controlavam algumas partes da nação, a saber, nas então províncias Cisplatina (atual Uruguai), da Bahia, do Piauí, do Maranhão e do Grão-Pará. Recorde-se que a maior parte da oficialidade das tropas brasileiras era de origem portuguesa.[4][5][6][7] Ao mesmo tempo que o conflito tomava lugar, ocorreu em Pernambuco e outras províncias da atual região Nordeste um movimento revolucionário conhecido como a Confederação do Equador, que pretendia formar seu próprio país, com governo republicano, mas foi duramente reprimido pelas tropas que recebiam ordens do monarca que vivia no centro-sul.

O número de combatentes na guerra de independência Brasileira foi maior do que o número de combatentes nas batalhas ocorridas nas guerras de libertação da américa Espanhola, da mesma época. [8] Apesar disto, não há estatística confiáveis em relação à precisão do número de mortes em combate. A soma das oficialmente confirmadas com as inferidas pelas informações sobre os confrontos ocorridos (porém sem registros oficiais da época), dão a estimativa que a guerra de reconheceu a independência do Brasil, e em 29 de agosto de 1825 foi assinado o Tratado de Amizade e Aliança firmado entre Brasil e Portugal. Em troca de reconhecimento como estado soberano, o Brasil se comprometeu a pagar ao Reino de Portugal uma indenização substancial e assinar um tratado de comércio com o Reino Unido como indenização por sua mediação.

**Antecedentes**

**Processo de colonização e movimentos emancipacionistas**

A terra agora chamada Brasil (nome cuja origem é contestada) foi reivindicada por Portugal em abril de 1500, com a chegada da frota portuguesa comandada por Pedro Álvares Cabral.[10]

A colonização foi efetivamente iniciada em 1534, quando João lll dividiu o território em quatorze capitanias hereditárias,[11][12] Mas esse arranjo se mostrou problemático, uma vez que apenas as capitanias de Pernambuco e São Vicente prosperaram. Então, em 1549, o rei atribuiu um governador-geral para administrar toda a colônia.[12][13] Os portugueses assimilaram algumas das tribos nativas, [14] enquanto outras foram escravizadas ou exterminadas por doenças europeias para as quais não tinha imunidade, [15][16] ou em longas guerras travadas nos dois primeiros séculos de colonização, entre os grupos indígenas rivais e seus aliados europeus. [17][18][19]

Em meados do século XVI, quando o açúcar de cana tornou-se o mais importante produto de exportação do Brasil,[20] os portugueses iniciaram a importação de escravos africanos, comprados nos mercados de escravos da África ocidental.[21][22] Assim, estes começaram a ser trazidos ao Brasil, inicialmente para lidar com a crescente demanda internacional do produto, naquele que foi chamado ciclo da cana-de-açúcar.[23][24]

Ideias do Iluminismo encontraram a crise do ciclo do ouro e a decadência econômica do Nordeste brasileiro e foi formada a base de movimentos emancipacionistas a partir da segunda metade do século XVIII na América Portuguesa. Estão incluídos nesse grupo de contestações ao domínio português a Conjuração Mineira (1789), a Conjuração Carioca (1794), a Revolta Baiana (1796) e a Conspiração dos Suassunas (1801).[25][26]